

Um oceano conectado, uma resposta fragmentada

Mudança do clima e lacunas de governança no Oceano Atlântico Sudoeste

Março de 2026

O Oceano Atlântico Sudoeste (OAS) enfrenta pressões crescentes decorrentes da mudança do clima, do aumento do esforço pesqueiro e da fragmentação da governança, mas a região também possui sólida capacidade científica e longa tradição de cooperação internacional.

O Oceano Atlântico Sudoeste:

Uma crise e oportunidade para a governança regional



O Oceano Atlântico Sudoeste é configurado pela conectividade ecológica entre águas jurisdicionais nacionais e áreas adjacentes de alto-mar, o que reforça a necessidade de governança coordenada.

Panorama geral

- **17 milhões de km²**: extensão do Atlântico Sudoeste.
- **900 mil meios de vida**: pessoas sustentadas por pescarias industriais e artesanais.
- **2 milhões de toneladas**: capturas de pescado anuais estimadas.
- **USD 5 bilhões**: valor anual aproximado do pescado desembarcado.
- **Sem organismo regional de governança**: apesar da forte conectividade ecológica entre Brasil, Uruguai e Argentina.

Importância da região

Com uma extensão superior a 17 milhões de km², o OAS abriga ecossistemas de plataforma altamente produtivos e grandes correntes oceânicas que sustentam rica biodiversidade e pescarias de alto valor.

A região sustenta pescarias industriais e artesanais que geram empregos para cerca de 900 mil pessoas, com capturas anuais estimadas em aproximadamente 2 milhões de toneladas e valor próximo a USD 5 bilhões.

As espécies marinhas do OAS se deslocam frequentemente entre fronteiras nacionais e entre as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) e áreas adjacentes de alto-mar. Assim, muitas populações de interesse comercial são transfronteiriças ou transzonais, exigindo gestão coordenada entre os países.

No entanto, ao contrário de outras regiões marinhas comparáveis, o OAS ainda carece de um organismo regional dedicado a enfrentar esses desafios compartilhados.

Pressões de governança

Instituições fragmentadas

A governança oceânica no OAS permanece amplamente fragmentada e se baseia principalmente em acordos bilaterais ou iniciativas setoriais, em vez de uma coordenação regional mais ampla.

Pesca INN

A crescente presença de frotas de águas distantes, voltadas a espécies de alto valor como a lula, intensificou a competição com as pescarias nacionais. As lacunas de governança em áreas adjacentes de alto-mar também continuam facilitando a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).

Lacunas de informação

O monitoramento ambiental e pesqueiro limitado e inconsistente, especialmente nas pescarias artesanais, restringe a capacidade de avaliar os impactos da mudança do clima, o estado dos recursos e as opções de manejo mais eficazes.

Mudanças associadas ao clima

A mudança do clima já está reconfigurando a dinâmica oceanográfica do OAS. O aumento da temperatura do oceano, as mudanças nos padrões de circulação e a maior frequência de ondas de calor marinhas estão impulsionando alterações na distribuição das espécies, incluindo deslocamento para o sul e maior expansão para o alto-mar.

Ações prioritárias

1. **Lançar um diálogo regional estruturado sobre governança oceânica** entre os países do OAS.
2. **Fortalecer a diplomacia científica oceânica** por meio de monitoramento conjunto, sistemas de dados compartilhados e pesquisa colaborativa.
3. **Aprimorar o monitoramento regional e o compartilhamento de dados** sobre pescarias e mudanças ambientais.
4. **Implementar uma gestão pesqueira baseada em ecossistemas e resiliente ao clima** que possa responder a populações em deslocamento.
5. **Desenvolver estratégias regionais de conservação**, incluindo iniciativas transfronteiriças e articulação com a implementação do BBNJ.

Janela de oportunidade

O atual impulso político regional e global, incluindo a implementação do Acordo BBNJ e a Década da Ciência Oceânica da ONU, cria uma oportunidade estratégica para fortalecer uma governança oceânica integrada no Atlântico Sudoeste.

Avançar rumo a uma via compartilhada para pescarias sustentáveis, ecossistemas resilientes e gestão oceânica de longo prazo no OAS não deve mais ser visto como uma aspiração, mas como uma resposta prática e cada vez mais necessária frente aos desafios compartilhados em pesca, clima e governança.

Referência

Palacios-Abrantes J., Llompart F., Cardoso L.G., Defeo O., Gianelli I., Jau-reguizar J.J., Lopes P.F.M., Perez J.A.A., Piccolo N.I.P., Piola A.R.P., Polejack A., Prado L.F., and Saraceno M. 2026. *A governança oceânica integrada é necessária no Atlântico Sudoeste para impulsionar a pesca, a conservação e a resiliência frente à mudança climática*. Discover Oceans. <https://doi.org/10.1007/s44289-026-00134-4>